

O Plano de Lutas aprovado no VIII Congresso

Tendo como base as propostas apresentadas pela tese “Sinteps sempre na luta”, o plano de lutas aprovado ao final do VIII Congresso tem a função de nortear as lutas da categoria nos anos que virão. Confira os itens aprovados:

1. Intensificar o apoio aos movimentos dos trabalhadores do mundo. Em defesa dos seus direitos;
2. Defender um modelo econômico que garanta um mundo melhor para todos, sem discriminação de classe;
3. Ser contra a retirada dos direitos dos trabalhadores em todo o mundo;
4. Denunciar junto à Organização Internacional do Trabalho as convenções ratificadas pelo Brasil e desrespeitadas pelo governo do estado de São Paulo;
5. Ser contra a interferência dos países imperialistas na soberania de qualquer povo;
6. Ser contra os conflitos armados, que nada mais são do que o financiamento da indústria armamentista e causadores da migração forçada;
7. Defender formas limpas e renováveis de energia;
8. Ser contra a privatização e a internacionalização da Amazônia e da água do planeta;
9. Lutar pela preservação do planeta;
10. Fortalecer os BRICS e iniciativas semelhantes;
11. Ser contra o projeto neoliberal, lutando contra a precarização do trabalho, as privatizações e o Estado mínimo;
12. Defender o socialismo para a melhoria de vida da classe trabalhadora mundial, por uma sociedade justa e igualitária;
13. Defender 10% do PIB para a educação pública;
14. Defender o financiamento público para a educação profissional pública;
15. Defender os serviços públicos;
16. Ser contra a terceirização dos serviços públicos e privados;
17. Criar mecanismos para combater a terceirização e a precarização dos contratos de trabalho;
18. Defender a Previdência pública;
19. Lutar pela Democracia;
20. Lutar contra as reformas da Previdência e trabalhista;
21. Lutar por nenhum direito a menos;
22. Ser contra as propostas de retirada de direitos dos trabalhadores;
23. Fora Temer! Diretas já!;
24. Ser contra a corrupção;
25. Lutar contra todas as formas de preconceito;
26. Ser contra a exploração e a violência contra as mulheres, LGBTs e negros;
27. Criar um Fórum permanente de debate sobre educação e diversidade;
28. Contra a Meritocracia;
29. Democratização da Comunicação;
30. Contra a criminalização dos Movimentos Sociais.
31. Ser contrário à ampliação de vagas públicas sem recursos financeiros que garantam a qualidade de ensino;
32. Ser favorável à realização de concurso público para a contratação de professores e funcionários para as escolas técnicas e tecnológicas no estado de São Paulo;

33. Ser favorável a implantação da Resolução 63/95 da UNESP, que cria a representação dos três segmentos (docentes, funcionários e estudantes) do Centro Paula Souza no Conselho Deliberativo.
34. Lutar pela manutenção do vínculo e associação do CEETEPS à UNESP;
35. Lutar pela redemocratização do CEETEPS, com eleições diretas para todos os cargos efetivos da instituição;
36. Lutar pela manutenção do caráter público e gratuito da educação profissional e tecnológica;
37. Defender a manutenção do regime jurídico de autarquia de regime especial para o CEETEPS;
38. Exigir melhores condições de trabalho e salário, com respeito à política salarial do CRUESP;
39. Lutar por salários dignos e defesa dos nossos direitos sociais e trabalhistas;
40. Continuar a luta pela dotação orçamentária para o CEETEPS, a fim de garantir a manutenção digna da educação profissional e tecnológica pública paulista, com a efetiva participação dos dirigentes sindicais;
41. Contra a mutilação do Ensino Médio e defesa dos nossos cursos.
42. Lutar pela revisão da carreira implantada em 2014, como ora proposto;
43. Lutar pela revisão geral anual dos salários;
44. Denunciar aos organismos internacionais o descumprimento dos direitos dos trabalhadores brasileiros;
45. Lutar pela eficácia da Convenção 151 e Recomendação 159 da OIT;
46. Ser contra a retirada de qualquer direito dos trabalhadores do CEETEPS;
47. Defender o Estatuto do Idoso, o ECA e os direitos dos aposentados;
48. Exigir maior transparência e revisão das regras de atribuição de aulas;
49. Defender a formação continuada para os trabalhadores do CEETEPS, tanto na própria instituição como em parceria com as universidades estaduais paulistas e órgãos estatais;
50. Lutar pelo cumprimento da lei sobre os cargos em comissão, estabelecendo limites e preferência aos trabalhadores do quadro permanente;
51. Exigir ampla divulgação da grade horária de todos trabalhadores do CEETEPS;
52. Exigir que o Portal da Transparência do CEETEPS seja redesenhado, incluindo a totalidade dos vencimentos de docentes e funcionários, por meio da FAT, pós-graduação e outros serviços pagos pelo CEETEPS;
53. Exigir do governo estadual o cumprimento da lei que instituiu a data-base do funcionalismo público estadual;
54. Exigir do CEETEPS o cumprimento das normas de segurança e medicina do trabalho;
55. Criar uma agenda de formação e informação mais constante para os dirigentes sindicais;
56. Lutar por mais representação sindical nas instâncias de base e regionais, para fortalecer a categoria;
57. Fortalecer as redes sociais do SINTEPS, com mais visibilidade, por meio de debates e apresentações jurídicas e políticas e de interação com todas as áreas que compreendem a atuação do sindicato;
58. Combater o assédio moral e fortalecer a Comissão de Combate ao Assédio Moral do SINTEPS;
59. Defender a escola pública, gratuita, laica, estatal e com qualidade para todos. Verba pública somente para a escola pública;
60. Ser contra a Reforma do Ensino Médio;
61. Defender 10% do PIB para a educação pública;
62. Ser contra a privatização do Centro Paula Souza.